

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O inferno astral de Guedes 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Labirinto tributário (Editorial) 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Offshore isola mais Guedes, e aliados pressionam Bolsonaro 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Emprego informal dobra e "ioiô" na renda empobrece brasileiro 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

PEC inclui 'Refis' por apoio de prefeitos 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 103 bi podem ser parcelados, calcula a CNM 12

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida para segurados do INSS é suspensa até fim do ano 13

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Golpes miram aposentados do INSS com falsos benefícios 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços de combustíveis: alternativas viáveis e urgentes (Artigo) 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estado deve saber do que o pobre precisa, afirma economista 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Que tal um IVA triplo? - NELSON BARBOSA 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economistas veem desafio para retomada 21

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vanderlan: "Precisamos de reforma tributária que diminua os impostos" 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Precatórios: relator transfere R\$50 bi para 2023 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo vende apenas 5 de 92 áreas oferecidas em pior leilão do petróleo 26

Sexta-Feira, 8 de Outubro de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro diz que país deve enfrentar problemas de abastecimento28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Renda média é a menor em quase 10 anos nas metrópoles 29

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Perigos da nova realidade chinesa - THE ECONOMIST31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Comerc briga por IPO de R\$ 1,4 bi após revés da ESG - COLUNA BROADCAST33

O inferno astral de Guedes

FERNANDA FERNANDES FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Economia, Paulo Guedes, mantém a agenda de compromissos, mas tem se mostrado calado e evitado a imprensa nos últimos dias, desde que a existência da offshore Dreadnoughts International Group, de propriedade dele, mantida no Caribe, foi revelada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, sigla em inglês). Ontem, manifestantes protestaram em frente ao prédio do ministério, o que teria deixado Guedes "perplexo" e "chateado", segundo auxiliares.

Na quarta-feira, os advogados de Guedes se anteciparam aos eventuais pedidos da Procuradoria Geral da República (PGR) e entregaram documentação para demonstrar que o ministro não ocupa cargo administrativo na offshore desde que assumiu o posto no governo, em janeiro de 2019. A antecipação da defesa se deu após o procurador-geral da República, Augusto Aras, abrir investigação preliminar sobre o caso. Também na quarta, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 310 votos a 142, a convocação de Guedes, que terá que se explicar sobre o patrimônio mantido em paraíso fiscal, estimado em US\$ 9,5 milhões.

A defesa do ministro argumenta que a offshore de Guedes é legal e que o patrimônio dele, tanto como empresário quanto como investidor, foi construído antes da ocupação do cargo público.

"Paulo Guedes, tanto em sua vida privada, quanto no exercício da função pública, sempre se pautou pelos regramentos legais e éticos existentes, tendo sempre apresentando a documentação pertinente ao lícito exercício do cargo, à Comissão de Ética Pública e demais órgãos competentes", afirma nota à imprensa, assinada pelos advogados Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso, que defendem o ministro. A dupla afirma que Guedes, "em hipótese alguma, teve seus investimentos beneficiados em razão do cargo que ocupa".

O cientista político e advogado, Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo, explica que apenas o fato de o ministro ter offshore, em si, não é um grande problema. "A questão é a suspeita de movimentação dessas offshores sendo que ele é um agente público que tem literalmente o poder de manipular a política econômica do Brasil, incorrendo em uma sombra de conflito de interesses. Isso é extremamente negativo", avaliou.

Para Azevedo, é preciso maior apuração e indícios mais firmes para uma acusação concreta. "Não há como confirmar, sem maiores evidências, que há efetivo conflito de interesses", disse. A convocação da Câmara, contudo, é correta na avaliação do especialista. "A mera suspeita, considerando a posição e a importância do ministro, é algo grave demais e precisa de explicações concretas", declarou.

A abertura de empresa ou conta no exterior não é ilegal, desde que declarada à **Receita Federal**. A lei determina, porém, que funcionários e pessoas em cargos públicos de alto escalão, como o de Guedes, não podem manter aplicações financeiras passíveis de serem afetadas por políticas governamentais, o que confrontaria a Lei nº 12.813 que dispõe sobre conflito de interesses.

Vantagem no IR

Uma das ações do ministro que pode caracterizar conflito de interesses foi a retirada da regra que tributava recursos em paraísos fiscais do projeto de lei da reforma do Imposto de Renda, em julho passado. O ministro também teria atuado para ampliar o limite de depósitos em contas no exterior que dispensam declaração à Receita. Essa última ação contou com a participação do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que também teve offshores reveladas pelo consórcio internacional de jornalistas.

Na avaliação de Azevedo, o alarde em torno do tema poderia ser evitado com mais transparência por parte do ministro, especialmente porque gera impacto econômico e político negativos, e pode dificultar ainda mais a tramitação de pautas do Executivo no Congresso Nacional. "É um barulho desnecessário, que joga uma suspeita sobre o ministro que poderia ser evitada com ações simples de transparência em relação ao controle da gestão do trust", criticou.

Labirinto tributário (Editorial)

A cultura cartorial perpassa todas as áreas de atuação do Estado brasileiro, mas talvez seja na esfera tributária que a burocracia se mostre mais onerosa para a produção e a geração de riqueza. O problema se agravou nas últimas décadas -e sem uma racionalização urgente o país não romperá o padrão atual de baixo crescimento.

Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento tributário (IBPT), por ocasião dos 33 anos da Constituição, completados no último dia 5, apresenta triste panorama. Segundo o instituto, apenas no âmbito empresarial existem 4.626 normas tributárias em vigor, que abarcam 51.945 artigos, 121.033 parágrafos e 386.993 incisos.

Não é apenas o gigantismo das regras que inferniza a vida das empresas, mas sobretudo o caos legislativo e a rapidez com que são produzidos novos normativos, não raro contraditórios entre si.

O estudo indica que desde 1988 foram editadas 443.236 regras fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Cada ente conta com ampla liberdade para legislar sobre o assunto, sempre invocando a autonomia federativa.

Estados e municípios acabam definindo regras diferentes para **tributos** da mesma natureza -e abusando da criatividade em obrigações acessórias que atormentam os contribuintes.

Toda a estrutura de pessoal e sistemas para lidar com o cipoal de normas custa, de acordo com o IBPT, R\$ 180 bilhões por ano. Mesmo assim, nem mesmo as empresas que dispõem dos melhores e custosos advogados podem ter certeza de que estão em dia com suas obrigações. Não por acaso, um trabalho do Insuper estima que contenciosos originados pela **Receita Federal** chegam a R\$ 5,4 trilhões (ou 75% do **PIB**).

Simplificar e modernizar as regras dos **impostos** que incidem sobre bens e serviços é imperativo, portanto.

As mudanças necessárias são conhecidas, mas sempre difíceis de implementar por objeções setoriais, que em sua visão particularista falham em perceber que todos ganhariam com uma reforma que destravasse investimentos.

O debate tem avançado, felizmente, mesmo com a falta de empenho do governo federal. A criação de um

imposto único sobre o valor agregado, com cobrança no destino do produto, seria a melhor solução, mas esbarra nas demandas por compensações regionais, que recairiam sobre a União.

Se preciso for, para vencer esse obstáculo cabe considerar a opção do chamado IVA dual, que tramita no Senado, com uma cobrança federal e outra que agrupe o ICMS estadual e o ISS municipal.

A dúvida é se uma proposta dessa complexidade, a envolver tantos interesses, conseguirá prosperar a despeito da escassez de liderança e articulação em Brasília.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49692>

Offshore isola mais Guedes, e aliados pressionam Bolsonaro

Marianna Holanda e Ricardo Delia Coletta Brasília

A revelação de que Paulo Guedes mantém empresa em paraíso fiscal serviu para aumentar a pressão no governo sobre o ministro da Economia, que passa pelo seu momento de maior isolamento na Esplanada e no Palácio do Planalto.

Interlocutores do presidente afirmam que Guedes, outrora super ministro, não tem conseguido emplacar soluções para reverter o quadro de Crise econômica, e, principalmente, para a implementação do Auxílio Brasil, sucessor do Bolsa Família.

Assim, o fogo amigo contra Guedes nos corredores do Planalto se intensificou e auxiliares do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) devem usar o episódio da offshore para aumentar a fritura.

Na quarta (6), em outra frente, a Câmara aprovou a convocação do ministro para explicar perante o plenário a manutenção de offshore. Quando uma autoridade é convocada, sua presença é obrigatória.

No Planalto, segundo interlocutores do presidente, o titular da Economia enfrenta um "paredão" de ministros contra ele -a sua demissão, inclusive, já foi sugerida por alguns pares ao próprio Bolsonaro.

Se antes críticas ao ministro ficavam mais restritas à articulação política, agora se alastram por outros ministérios.

Diante das dificuldades de aprovar medidas para pagar o Auxílio Brasil no Congresso em 2022, uma ala majoritária de auxiliares palacianos tem defendido furar o teto de gastos -que limita o crescimento das despesas à **inflação**-, algo rejeitado por Guedes.

O auxílio emergencial acaba no dia 31 de outubro e ainda não há uma solução para aumentar o valor do pagamento no Auxílio Brasil nem para manter todas as famílias beneficiárias do programa criado na pandemia da Covid-19.

A relação de Guedes está especialmente ruim com a ala política do governo, que cobra o ministro pelas dificuldades enfrentadas em matérias econômicas no Congresso.

Além disso, pesa contra o ministro um histórico de atritos com congressistas.

Interlocutores palacianos afirmam que as notícias sobre Guedes criam um constrangimento para o governo, principalmente em um momento de grave crise econômica e de alta dos preços. Por isso, dizem eles, houve pouco empenho do Planalto em sair em defesa do ministro.

Auxiliares de Guedes se queixaram desse abandono. Eles creditam o desgaste interno a pressões por mais recursos. Membros da equipe econômica dizem ainda que as pressões sobre o ministro devem aumentar por causa da proximidade do ano eleitoral.

No entanto, assessores do ministro avaliam que as revelações da offshore não devem levar à saída de Guedes. Dizem acreditar ainda que ele seja visto como importante avalista junto ao mercado.

Há uma apuração preliminar em andamento na Comissão de Ética Pública, após denúncia feita por Ivan Valente (PSOL-SP). Como a Folha mostrou, conselheiros disseram reservadamente ter visto com preocupação o caso.

Devem também avaliar, entre outras coisas, se o artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração Federal foi respeitado. O texto prevê que "alterações relevantes no patrimônio da autoridade pública deverão ser imediatamente comunicadas à CEP [Comissão de Ética Pública]".

Não é ilegal ter uma offshore, desde que declarada à **Receita Federal**, mas a falta de transparência desse tipo de empresa faz com que, frequentemente, elas sirvam para fins ilícitos, como ocultação de patrimônio.

O caso foi revelado por documentos da Pandora Papers, investigação promovida pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos.

A série de reportagens mostrou ainda que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também tem offshore em paraíso fiscal.

Uma das consequências diretas da revelação da empresa de Guedes, segundo interlocutores no Planalto, é prejudicar o já complicado andamento de

reforma tributária no Congresso.

Eles dizem acreditar que no Senado, onde a articulação política do governo já enfrenta mais resistência, os congressistas devem impor dificuldades para aprovar, por exemplo, a taxaço de lucros e dividendos.

O problema é que a medida é uma das receitas previstas para financiar o Auxílio Brasil.

Na quarta, deputados aprovaram a convocação de Guedes. O requerimento apresentado pela oposição foi aprovado por 310 a 142.

Mesmo partidos aliados, como PP, PL e Republicanos - todos com assento no primeiro escalão do governo - votaram a favor do comparecimento do ministro. Ainda não há data para o comparecimento de Guedes, mas a expectativa é de que ocorra na próxima quarta-feira (13).

Na terça (5), advogados que representam o ministro disseram que, após assumir o cargo em 2019, ele não fez movimentações de valores em offshore nas Ilhas Virgens Britânicas, da qual é acionista.

Em nota, a defesa de Guedes afirmou que o ministro se afastou da gestão da empresa em dezembro de 2018.

O Painel mostrou que, nesta quarta, foi protocolada pela defesa de Guedes, de forma voluntária, uma petição na PGR (Procuradoria-Geral da República) com documentos que mostram que ele estaria afastado da empresa desde dezembro de 2018.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

92

Emprego informal dobra e "ioiô" na renda empobrece brasileiro

Fernando Canzian são paulo

O ritmo na criação de empregos informais dobrou no Brasil em cinco anos e tem sido a principal marca da medíocre recuperação econômica desde 2017. De um total de 89 milhões de ocupados, 36,3 milhões são informais, segundo o IBGE.

Eles representam hoje 4 em cada 10 ocupados. Em 2019, antes da pandemia, o Brasil já gerava vagas informais a um ritmo três vezes maior do que as formais. Depois de sofrer com o isolamento social em 2020, a informalidade acelerou de novo neste ano.

Sem nenhuma proteção trabalhista, são informais os sem carteira (no setor privado e doméstico) e os sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria).

Nos últimos anos, milhões de brasileiros que estudaram mais visando aumentar a renda acabaram na informalidade, subutilizados ou desempregados. Apesar do aumento de 27% nos anos de estudo na metade mais pobre do país, sua renda caiu 26,2% em dez anos, segundo a FGV Social.

Quase 32 milhões de brasileiros trabalham menos do que gostariam ou estão desocupados. Os desempregados equivalem à população combinada de São Paulo e Curitiba (14,1 milhões). Entre eles, há quase 4 milhões que não encontram oportunidades há mais de dois anos -o dobro em relação ao início de 2016.

Nesse caso, o prognóstico é muito negativo para o aumento da produtividade da economia via capital humano, pois esses trabalhadores tendem a se desatualizar e ter dificuldades de readaptação à frente.

Embora a economia deva recuperar neste ano o terreno perdido em 2020, o emprego informal deve seguir predominando, pois não haverá crescimento adicional significativo.

O Brasil registra desde 2014 recorrentes déficits primários, com as despesas do governo federal ultrapassando as receitas (sem contar juros). Isso levou ao abrupto aumento da dívida pública (hoje 82,7% do PIB) e a forte retração empresarial. Desde 2015, o PIB cresce pouco ou encolhe.

Nos anos 2000, quando havia superávits para controlar a dívida, a economia cresceu 3,7%, em média -com recordes na formalização de empregos.

Hoje, no entanto, a ocupação avança mais em setores tipicamente informais e pior remunerados -como construção, agricultura e serviços domésticos, além dos conta própria sem CNPJ. E quanto mais pobre o trabalhador, maior sua prevalência na informalidade.

Dificultando a aceleração da economia por serem menos produtivas, as vagas informais expõem cada vez mais trabalhadores a um entra e sai do mercado, com altos e baixos na renda entre períodos de atividade e desocupação -numa espécie de "ioiô" que alterna trabalhos mal remunerados e pobreza.

Segundo especialistas, o aumento da informalidade - que pode vir a se tornar estrutural com as transformações no mercado, a "economia dos aplicativos" e o baixo crescimento- exige políticas de proteção a essa parcela da força de trabalho.

Os programas de auxílio a desempregados cobrem apenas trabalhadores formais, que têm direito ao seguro de desemprego e ao FGTS. Mesmo os pior remunerados (até dois salários mínimos) recebem um abono salarial equivalente a até um salário mínimo por ano; e podem se aposentar pelo **INSS**.

Entre os informais, com a exceção dos meses de pandemia em 2020 e 2021, quando receberam parcelas decrescentes (em valor e total de beneficiários) do auxílio emergencial, inexistiu rede de proteção aos que trabalham e perdem renda abruptamente.

Em 2020, quando o PIB encolheu 4,1% e a renda dos informais despencou 16,5%, eles puderam contar com o auxílio emergencial. Na recessão de 2015-2016, não houve proteção, apesar de o PIB ter encolhido 7,2%.

Naquele biênio recessivo, a taxa de pobreza extrema (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 261/mês, segundo critério da FGV Social) chegou aos dois dígitos e é hoje a maior em uma década (13%, ou 27,4 milhões de pessoas; equivalente a quase uma Venezuela).

"Nos últimos episódios de volatilidade, que têm sido a característica da economia, muitos dos informais de baixa renda acabaram escorregando para a miséria. São crises temporárias que têm causado cicatrizes permanentes", diz Fernando Veloso, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

O economista afirma que esse cenário de volatilidade recorrente e aumento das ocupações sem carteira provoca "vulnerabilidade estrutural" entre os informais e requer medidas para protegê-los.

Patrocinados pelo CDPP (Centro de Debates de Políticas Públicas), Veloso e outros quatro especialistas apresentaram ao Congresso no ano passado proposta para a criação de uma espécie de seguro para proteger os informais em momentos de perda acentuada de renda.

O plano previa a diferenciação entre os que não conseguem obter renda alguma, que continuariam em um tipo de Bolsa Família ampliado e mais focalizado, e os informais, que sofrem com a oscilação de seus rendimentos e que teriam acesso ao seguro.

Para se tornar viável, sem custos adicionais, o Programa de Responsabilidade Social prevê a junção e revisão de programas existentes, como Bolsa Família, o abono salarial, o salário-família (ambos dirigidos a trabalhadores formais) e o seguro-desemprego.

Para os informais, haveria a criação de um seguro custeado pelo governo, acionado em momentos de perda de renda.

Considerando dados do Cadastro Único, sistema nacional de informações para fins de inclusão em programas sociais, a expectativa do seguro seria cobrir 12,5 milhões de famílias, a partir de depósitos médios mensais de R\$ 39 -a um custo anual de R\$ 5,8 bilhões na proposta original. Para efeito de comparação, só o abono salarial tem orçamento de R\$ 21 bilhões para 2022.

A proposta foi encampada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) no Projeto de Lei 5.343/2020 (Lei de Responsabilidade Social). Agora, tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado com algumas modificações nas fontes de financiamento, que incluem dinheiro de emendas parlamentares e outros recursos. O abono-salarial não seria extinto, mas reformulado.

O projeto de lei também cria metas para os três primeiros anos de vigência do programa: reduzir a pobreza (considerando renda mensal per capita abaixo de R\$ 250) de 12% para 10% da população; e a

pobreza extrema (renda menor que R\$ 120) de 4% para 2%.

"A ideia geral foi emular algumas das proteções existentes para os trabalhadores formais e concedê-las também aos informais", diz Vinícius Botelho, outro autor do projeto.

"O mundo e o Brasil estão migrando para o trabalho informal. No caso brasileiro, infelizmente, muitos desses trabalhadores mais pobres estão se tornando miseráveis." No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho foi estimada em 28,5% -quase três em cada dez. Isso significa que 46 milhões de pessoas viviam em residências sem dinheiro obtido por meio de atividades profissionais, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

No final de 2019, antes da pandemia, a proporção era menor, de 23,5%, o equivalente a 36,5 milhões.

Os economistas Ricardo Paes de Barros e Laura Muller Machado, do Insper, defendem a ampliação do Cadastro Único para que haja detalhamento maior do perfil dos informais, a fim de adotar políticas mais focalizadas.

"Sabemos muito bem quantos eles são, mas não temos nenhum cadastro nominal que permita identificar onde vivem, em quais empresas trabalham, quais clientes atendem e as necessidades de cada um", afirmam.

Eles projetam que o custo de inclusão e da gestão da informação no Cadastro Único ficaria abaixo de R\$ 30 por família.

"Se a meta for manter informações atualizadas para os 10% mais vulneráveis da população, ou cerca de 7 milhões de famílias, o custo anual desse sistema seria da ordem de R\$ 200 milhões, uma parcela minúscula [0,01%] do gasto público social [estimado em cerca de 25% do PIB]".

A sugestão dos economistas é que o avanço na identificação e no atendimento seja feito por meio da ampla capacidade já instalada nos Cras (Centros de Referência de Assistência Social) e Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), com 10 mil unidades no país.

O Brasil conta ainda com outros 15 mil centros para o acolhimento (diário ou de longa duração) de famílias vulneráveis, que poderiam auxiliar no cadastramento e acompanhamento dessas famílias.

"Hoje, ofertamos uma quantidade relativamente

pequena de recursos a uma quantidade muito grande de pessoas que não conseguem superar a situação de pobreza ou extrema pobreza", afirma Muller Machado. "É um problema de "matching". Temos os recursos, mas não conseguimos identificar e chegar a essas pessoas." Responsável pela implantação do Cadastro Único no Brasil, a ex-secretária de Estado de Assistência Social no governo FHC (1995-2002), Wanda Engel, também defende que os Cras e Creas sejam usados para ampliar a identificação e o acompanhamento dos mais vulneráveis.

"É fundamental conter o movimento "ioiô", e essas unidades [Cras e Creas] deveriam ser usadas em buscas ativas para o cadastramento. Os mais vulneráveis precisam de tratamento "VIP", de uma espécie de "cartão diamante" para que tenham prioridade no acesso aos serviços públicos", afirma.

Segundo o último Censo (2010), 95% dos municípios tinham Cras ou Creas ativos, o que confere cobertura nacional ao sistema. "Mas, em muitos casos, a assistência social nas cidades é relegada a segundo plano, normalmente gerenciada pela mulher do prefeito, não por profissionais da área", afirma Engel.

Em sua opinião, a prioridade no atendimento dessas unidades deveria ser para mulheres com filhos pequenos, que precisem sobretudo de acompanhamento escolar.

"É inadmissível que crianças prossigam na trajetória escolar sem estarem alfabetizadas, o que é frequente. Quando jovens, elas vão acabar abandonando a escola e constituindo outras famílias pobres. Essa é a grande armadilha da pobreza."

"Nos últimos episódios de volatilidade, que têm sido a característica da economia, muitos dos informais de baixa renda acabaram escorregando para a miséria. São crises temporárias que têm causado cicatrizes permanentes" Fernando Veloso pesquisador do Ibre-FGV

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

92

PEC inclui 'Refis' por apoio de prefeitos

Lorena Rodrigues Amanda Pupo / BRASÍLIA

O relator da PEC dos precatórios na Comissão Especial da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), incluiu em seu parecer a possibilidade de um novo parcelamento, para municípios, de débitos previdenciários em até 240 prestações mensais.

O relatório foi apresentado ontem, quando seria votado, mas o presidente da comissão especial que analisa a PEC, Diego Andrade (PSD-MG), concedeu vista coletiva ao texto. A votação foi remarcada para o próximo dia 19.

A proposta vem quatro anos depois de parcelamento semelhante ter sido implementado em uma lei de 2017, durante o governo Michel **Temer**. Agora, porém, é preciso uma PEC porque a reforma da Previdência de 2019 limitou o prazo dessas negociações a 60 meses.

O benefício aos municípios incluído no relatório foi originalmente proposto em outra PEC, apresentada neste ano pelo deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), como mostrou o Estadão/Broadcast. À reportagem, o deputado afirmou que as mudanças foram incorporadas por Hugo Motta após a construção de um acordo com aval também do governo. "Acertamos com os ministros Onyx (Lorenzoni, do Trabalho e Previdência), Bruno Bianco (AGU) e Paulo Guedes (Economia). Vai ser muito positivo para os municípios", afirmou.

No caso das contribuições ao regime geral de **Previdência Social**, o parcelamento seria aceito com dívidas que venceram até 30 de setembro de 2021, ainda que em fase de execução fiscal ajuizada - inclusive as decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias e as parceladas anteriormente.

Para os municípios em débito com seus regimes próprios de **Previdência Social**, o parcelamento valeria para dívidas com vencimento até 31 de dezembro de 2020, inclusive as parceladas anteriormente, mediante autorização em lei municipal específica.

Eles também precisariam cumprir uma série de exigências para pedir o parcelamento.

Se a proposta for aceita, a formalização dos parcelamentos deverá ocorrer até 30 de junho de 2022

e ficará condicionada à autorização de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para fins de pagamento das prestações acordadas.

Encontro de contas. O substitutivo apresentado pelo relator prevê, a cada exercício, um limite para o pagamento dessas despesas estabelecido pelo valor pago em 2016, corrigido pela **inflação**.

Esse foi o principal ponto do acordo entre os presidentes da Câmara e do Senado e a equipe econômica. A medida abre um espaço de R\$ 51 bilhões no teto de gastos em 2022, conforme estimativas da consultoria de Orçamento da Câmara.

O texto de Motta prevê que o limite de cada exercício será reduzido da projeção para a despesa com o pagamento de requisições de pequeno valor para o mesmo exercício, que terão prioridade no pagamento. Os precatórios não pagos em um ano terão prioridade no seguinte.

Também foi incluída a possibilidade, facultada ao credor, de fazer um acordo para receber o precatório com valor 40% menor, em parcela única, até o final do exercício seguinte.

O parecer traz várias modalidades de pagamento aos credores.

O encontro de contas poderá ocorrer, por exemplo, via quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente. "Quando faz o encontro de contas, fica fora do teto", diz o deputado Hugo Motta ao Estadão/Broadcast.

Há outras possibilidades, como compra de imóveis públicos de propriedade do mesmo ente; pagamento de outorga de delegações de serviços públicos e demais espécies de concessão negocial promovidas pelo mesmo ente; e aquisição de participação societária do respectivo ente federado.

I Bilhões em jogo

R\$ 89,1 bi é o total de despesas com precatórios previsto para 2022.

O governo pressiona pela aprovação da PEC para abrir espaço no teto de gastos para o Auxílio Brasil.

R\$ 26 bi é o valor necessário para reforçar o programa social.

A cúpula do Congresso quer usar ainda o restante da folga para turbinar emendas parlamentares.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

R\$ 103 bi podem ser parcelados, calcula a CNM

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Em troca de apoio, os prefeitos pegaram carona na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios para conseguir o parcelamento de dívidas dos municípios com a **Previdência Social** em até 20 anos. Estimativas da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontam que, no mínimo, R\$ 103 bilhões de dívidas com o **INSS** poderão ser parceladas.

A proposta altera a reforma da Previdência aprovada há apenas dois anos pelo Congresso.

Na época, o Congresso aprovou uma trava para impedir parcelamentos de dívidas com a Previdência acima de 60 meses. Se aprovada, a PEC retira essa trava para permitir o refinanciamento da dívida. Os débitos poderão ser parcelados em condições vantajosas para as prefeituras, com redução de 40% de multas, 80% dos juros de mora e 40% dos encargos legais.

Como o assunto não tem conexão com precatórios, técnicos da área econômica batizaram a medida de mais um novo "jabuti". Ao Estadão, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, rechaçou qualquer comparação com "jabutis". Segundo ele, uma PEC para o parcelamento já estava em tramitação havia seis meses e, agora, a inclusão no parecer do relator vai agilizar o processo.

Ziulkoski destaca que as parcelas a serem pagas poderão ser descontadas das transferências feitas pelo governo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que serão a garantia do refinanciamento. "Os municípios não estão conseguindo pagar.

Não adianta ir lá, dizer que vai cobrar", ponderou.

Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) e especialista em contas dos governos regionais, Vilma Pinto vê com preocupação o Refis não só pelo impacto negativo nas receitas previdenciárias, mas também pelo potencial efeito nas contas públicas municipais, sobretudo se os parcelamentos ocorrerem em benefício de abertura de espaço orçamentário para gastos correntes no futuro, como salários.

"A estratégia de postergar o pagamento é baseada na

expectativa de que virá uma solução de cima para baixo. O risco fiscal embutido é alto", alerta.

O parcelamento, se aprovado, valerá para dívidas vencidas até 30 de setembro de 2021 ou, no caso de municípios que têm seus regimes próprios de **Previdência Social**, com vencimento até 31 de dezembro de 2020.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prova de vida para segurados do INSS é suspensa até fim do ano

O presidente Jair Bolsonaro promulgou a lei que suspende, até 31 de dezembro de 2021, a comprovação de vida para os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A medida havia sido vetada por Bolsonaro na Lei nº 14.199, de 2 de setembro de 2021 que prevê meios alternativos para prova de vida, mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

O trecho, agora em vigor, foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União. A prova de vida é uma exigência para manutenção do benefício e o não cumprimento leva a sanções que podem chegar à suspensão do pagamento por falta de atualização cadastral.

Em 2020, a exigência da prova de vida foi suspensa em razão da pandemia de covid-19, mas retomada em junho deste ano. A medida afeta a vida de mais de 7,3 milhões de aposentados e pensionistas do **INSS** que, agora, não terão seus benefícios suspensos caso não façam o procedimento.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3
291

Golpes miram aposentados do INSS com falsos benefícios

FOLHAPRESS

ESTELIONATO

Estelionatários têm telefonado para aposentados, pensionistas e outros segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para aplicar golpes e pedir a transferência de dinheiro, segundo alerta do Ministério do Trabalho e Previdência. Há pelo menos três estratégias utilizadas como isca pelos criminosos: falsos atrasados, falsa revisão e falsa auditoria.

Para evitar cair nessas ou em outras tentativas de golpes, as recomendações são não informar dados pessoais por telefone, não enviar códigos solicitados por meio de aplicativos de mensagens e não depositar ou transferir qualquer valor. Em caso de dúvidas, o aposentado deve desligar a chamada e telefonar para a Central 135, que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

A Previdência reforça que não pede dados pessoais dos seus segurados por e-mail ou telefone e também não realiza nenhuma forma de cobrança para prestar o atendimento nem realizar seus serviços. Confira como fugir dos golpes em aposentadorias e pensões do **INSS**.

TÁTICAS GOLPISTAS

Os criminosos ligam para o beneficiário, se apresentam como membros do CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**), dizendo que ele teria direito a receber valores atrasados de um benefício pago pelo **INSS**. Eles pedem que o segurado informe dados pessoais e solicitam o depósito de determinada quantia em uma conta bancária, para liberar um pagamento que não existe.

FALSA REVISÃO

Há também o golpe da falsa revisão. Os criminosos ligam e afirmam que o aposentado teria direito a receber valores de uma falsa revisão de benefícios concedidos em governos anteriores. A Previdência alerta que esse tipo de ligação se trata de um golpe, pois os segurados não precisam realizar nenhum pagamento para ter direito a uma revisão. O pedido de revisão pode ser feito pelo site ou aplicativo Meu **INSS**. Para erros de cálculo, a solicitação deve ser

feita em até dez anos do início do pagamento do benefício.

Segundo a Previdência, há também situações em que os estelionatários enviam documentos a segurados se passando por uma falsa "Auditoria Geral Previdenciária", convocando-os a uma "Chamada para Resgate". Segundo o documento, os segurados teriam direito a resgate de valores devidos a participantes de carteiras de pecúlio que teriam sido descontados da folha de pagamento como aposentadoria complementar. A Previdência esclarece que não entra em contato com seus segurados por meio desse tipo de correspondência.

DADOS PESSOAIS

O governo recomenda que os segurados não utilizem intermediários para entrar em contato com a Previdência e, em hipótese alguma, depositem qualquer quantia para ter direito a algum benefício previdenciário.

ALERTA

A Previdência também alerta a população para que não forneça os seus dados pessoais para terceiros, já que estes dados podem ser utilizados para fins ilícitos. Todos os serviços do **INSS** são gratuitos. Caso o cidadão seja vítima desse tipo de abordagem, a Previdência orienta para que não efetue nenhum depósito em conta bancária ou forneça dados pessoais para terceiros que se passam por representantes do órgão. A vítima deve registrar ocorrência na Polícia Civil e fazer o registro na ouvidoria.

O QUE FAZER

TENTATIVA DE GOLPE

Se você foi vítima de uma tentativa de golpe:

Denuncie o caso à Ouvidoria do **INSS** pela internet ou pelo telefone 135.

Se você sofreu o golpe: Registre um boletim de ocorrência e comunique os órgãos envolvidos.

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/digital/Page?editionId=1>
892

Preços de combustíveis: alternativas viáveis e urgentes (Artigo)

FERNANDA DELGADO - Professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Energia

Com uma população de 213 milhões de pessoas e 110 milhões de veículos, o Brasil é o maior mercado de combustíveis da América Latina e o oitavo maior parque refinador mundial. Por dia, são vendidos cerca de 110 milhões de litros de gasolina e 185 milhões de litros de diesel.

Pelo senso comum, acredita-se que cabe exclusivamente à Petrobras a responsabilidade por abastecer o país. Essa é uma percepção equivocada. Com base na Lei 9.478/97, abriu-se a possibilidade de outras empresas atuarem na exploração e refino de petróleo, dando fim ao monopólio, e forçando a Petrobras a praticar preços competitivos dos combustíveis.

Contudo, 24 anos depois, vive-se sob reflexos do passado. O fim do monopólio de fato ainda não foi conquistado, e as ideias de um Estado intervencionista rondam as discussões, especialmente nos preços dos combustíveis.

Durante o monopólio legal das atividades de produção e refino de petróleo, os preços dos combustíveis eram definidos pelo governo federal. O controle de preços é um indutor de ineficiência onde quer que ele seja aplicado. O Brasil nunca teve combustível barato por conta de tabelamento ou interferência nos preços, e a competição praticamente inexistiu, com danos ao ambiente de negócios.

É por conta dessas limitações legais e dos riscos associados, que a governança da Petrobras foi fortalecida nos últimos anos, impedindo a companhia de voltar a represar preços artificialmente. O setor de óleo e gás brasileiro cresceu ancorado no monopólio, no controle de preços, no Estado interventor. O arcabouço regulatório garantia isso. Entretanto, a lei e o mercado mudaram, mas as estruturas de pensamento arraigadas em anos de monopólios e represamento de preços, ainda não.

Com o plano de desinvestimentos da Petrobras, novos refinadores enfim estão chegando. A Petrobras está concluindo a venda de duas refinarias, e outras seis estão em processo. Para assegurar o abastecimento de combustíveis no país, o investimento de novas

empresas é fundamental. Nesse sentido, preservar o ambiente econômico concorrencial é mandatório, com a prática de preços de mercado. A pluralidade de agentes e energéticos disponíveis (gasolina, GNV, etanol, diesel, GNL, biogás, biodiesel, entre outros), concorrendo a preços competitivos, atrai investimentos e possibilita a ampliação da oferta de forma econômica.

Uma vez que o petróleo é uma commodity, ou seja, tem preço definido em mercados globais, preços artificialmente baixos ameaçam a sustentabilidade da indústria, pois não há estímulo econômico às importações nem aos investimentos em refino e logística, acendendo o risco de desabastecimento. Nesse espectro de alta volatilidade atual, em caso de oscilações no mercado externo, como estabilizar os preços na bomba, sem demandar à Petrobras medidas que represem preços, contrárias à regulação vigente?

Experiências de fora trazem exemplos possíveis. Alguns países desenvolvidos têm adotado mecanismos em prol da modicidade de preços de combustíveis. No Brasil, um dos caminhos seria a instituição de um fundo, do qual sairiam recursos para subvencionar parte do preço em momentos críticos - mesmo que mecanismos dessa natureza não estejam entre as soluções de maior sucesso no Brasil, podem servir como medida de transição.

É urgente, ainda, rever a tributação dos combustíveis, em particular o ICMS, com fatia de R\$ 1,65 por litro de gasolina, em média. Por previsão legal, o ICMS integra sua própria base de cálculo e incide sobre o preço final do produto, diferentemente da Cide e do PIS e da Cofins, que incidem sobre o preço comercializado pela Petrobras. Tramita na Câmara dos Deputados projeto para tornar fixo o ICMS pago nos combustíveis (ad rem).

Opções não faltam para atenuar o efeito das oscilações de câmbio e preço do petróleo no mercado internacional - ainda que haja também uma discussão sobre o nível de preços. A questão não se resolve forçando a Petrobras a baixar preços. A empresa tem a União como dona de 37% de seu capital. Os demais 63% pertencem a 850 mil acionistas, dos quais 750 mil no Brasil.

O caminho é claro e demanda a atuação dos agentes

públicos. Somente uma solução consensual tirará o Brasil da espiral de alta dos combustíveis que tanto afeta a população. Qualquer saída passa por mecanismos de estabilização combinados à revisão da aplicação de **tributos**, especialmente do ICMS. É preciso deixar no passado a ótica de interferência estatal nos preços dos combustíveis. Deve-se mirar nos projetos que incentivem a concorrência entre os agentes e fontes energéticas, buscando reduzir a burocracia, simplificar e reduzir as assimetrias tributárias. É preciso eliminar a herança do monopólio no segmento de combustíveis. Que o passado passe. Assim, o Brasil terá chance de se tornar um país desenvolvido e enxergar melhor o seu futuro.

Estado deve saber do que o pobre precisa, afirma economista

Fernando Canzian SÃO PAULO

Para a economista e coordenadora do Núcleo de Gestão Educacional do Insper, Laura Muller Machado, o Estado brasileiro precisa fazer uma espécie de "match" com os mais pobres para identificar e tentar atender suas necessidades.

Para isso, deveria usar os chamados Cras (Centros de Referência de Assistência Social), presentes em mais de 95% dos municípios.

Muller Machado defende também que o Brasil interrompa o atual ciclo de pobreza intergeracional, que leva filhos de pais pobres a se tornarem, no futuro, pais de filhos pobres.

O Brasil é um dos países do mundo que menos gasta com crianças em relação aos idosos. Para cada R\$ 6 destinado em políticas públicas (como Previdência) para os mais velhos, apenas R\$ 1 é endereçado às crianças. No Japão, reconhecido por tratar bem os idosos, essa proporção é de R\$ 3 para R\$ 1.

O que leva a pobreza a ser tão persistente no Brasil, apesar do nível significativo de gasto social, de 25% do **PIB**? O que fazer a respeito?

O que não temos é um programa focalizado mais abrangente, além do Bolsa Família. Não conseguimos identificar e fazer todos esses recursos chegarem a quem realmente precisa. A primeira coisa a ser feita é acessar quem de fato precisa de apoio. Hoje, damos uma quantidade pequena de recursos a uma quantidade muito grande de pessoas, que não conseguem superar a situação de pobreza ou extrema pobreza.

É um problema de "matching". Temos os recursos, mas não conseguimos chegar a essas pessoas.

Um exemplo é a pandemia. Identificamos de uma hora para outra um volume muito grande de pessoas que estavam invisíveis aos olhos do Estado. Houve um chamamento do Estado e as pessoas foram atrás desses recursos. Não seria o caso de o Estado ter procurado antes essas pessoas, por meio de um programa, para ver se faltava algo essencial?

Um exemplo clássico são mães que não trabalham

porque não têm com quem deixar seus filhos, além de outras necessidades. Temos uma ampla rede com os Cras, que podem fazer esse papel perfeitamente.

Mas, para isso, a gente depende de um Estado que converse com essas pessoas, que conheça e forneça o que elas precisam. Seja o Bolsa Família, creches, centro-dia para cuidar de idosos. Mas não temos ideia do que os mais pobres precisam.

Em outubro de 2020, identificamos que tínhamos cerca de 13 milhões de desempregados e mais uns 12 milhões que saíram da população economicamente ativa. Isso dá mais ou menos 25 milhões de pessoas. Mas fornecemos auxílio emergencial a cerca de 70 milhões.

Num primeiro momento, talvez tenha sido uma boa ideia socorrer todo mundo, para que ninguém passasse necessidade. Mas um ano se passou e fizemos uma nova rodada do auxílio [embora menor]. Nesse período, não conversamos com essas pessoas.

Isso não poderia ser feito minimamente por meio do Bolsa Família?

O Bolsa Família é um programa muito bom, com volume de quase R\$ 35 bilhões anuais. Mas com o auxílio emergencial gastamos cerca de R\$ 300 bilhões. Foram dez anos de Bolsa Família e acessando todo mundo. E muita gente não precisava dos recursos.

O problema do Bolsa Família é que não está acoplado a um programa de inclusão produtiva, para que a pessoa se torne autônoma. É auxílio de socorro, mas que não vem com apoio para que a pessoa deixe de depender dele no futuro. O Chile Solidário, por exemplo, tem essa característica.

Os R\$ 35 bilhões do Bolsa Família também são um valor muito pequeno [equivalente a menos de 0,5% do **PIB**]. Isso é muito menos do que os 25% do **PIB** que usamos em todos os nossos programas sociais. Temos muitos outros. Como o abono salarial, auxílio-creche, auxílio-leite.

Não seria melhor mapear todos esses benefícios sociais que pagamos e focalizá-los? Pois o Bolsa Família em si é muito pequeno se comparado ao

restante. Temos um mar de programas espalhados e sem foco, um pouco bagunçados. Seria muito bem-vinda uma rediscussão de tudo isso.

Em que sentido deveríamos encaminhar essa discussão?

Todas as sociedades tem crianças e jovens, adultos e idosos. Crianças e idosos tipicamente não geram renda para seu sustento. O papel do Estado é taxar os trabalhadores adultos e garantir que todos tenham uma renda mais ou menos uniforme.

Muito preocupada com isso, a ONU criou o National Transfers Account, que estuda como os países vêm alocando seus **impostos** para diferentes idades. E o Brasil é o único país estudado pela ONU e pela Cepal [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe] em que para cada R\$ 1 alocado em suas crianças, há R\$ 6 ou R\$ 7 destinados a idosos [sobretudo via Previdência].

O próximo país que faz uma alocação desproporcional é o Peru, de R\$ 1 para R\$ 4. No Japão, a proporção é de R\$ 1 para as crianças e R\$ 3 para os idosos.

O argumento de que criança é mais "baratinho" que idoso não se sustenta na experiência de outros países. Seria muito bem-vindo um debate em nossa sociedade sobre esse desequilíbrio. Sabemos que idosos votam, e crianças, não. Mas precisamos discutir questões como essa.

Estamos mais cientes, por exemplo, de nosso problema com o racismo e a desigualdade de gênero. Não sei se sabemos tanto sobre os nossos problemas intergeracionais. Não discutimos isso, e a diferença entre o que gastamos com crianças e idosos deveria ser analisada.

A sociedade só vai combater um problema quando ela reconhecer sua existência. Como sociedade, me parece que queremos evoluir e ser mais igualitários. Mas isso depende de termos consciência plena do problema. A questão intergeracional não está presente no debate.

"É um problema de "matching". Temos os recursos, mas não conseguimos chegar a essas pessoas"

Laura Muller Machado economista e coordenadora do Núcleo de Gestão Educacional do Insper

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

92

Que tal um IVA triplo? - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Nem tudo é má notícia no Brasil atual. Apareceu bom senso no debate tributário, no parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) sobre a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 110. O assunto é técnico, mas importante. Vamos por partes.

Nossa tributação indireta é uma confusão e gera muita ineficiência e custo, para empresas e governo. Temos **tributos** federais, estaduais e municipais, com bases e alíquotas diferentes, e interpretações diversas sobre o que deve ou não ser tributado.

A maioria dos economistas defende simplificar o sistema, com tributação uniforme sobre o valor adicionado (lucros e salários), independente do setor ou produto em questão, no ponto de venda do produto (destino).

Traduzindo do economês, o sistema ideal é um tributo com alíquota única sobre as vendas, digamos 25% do valor de venda ("por dentro"), permitindo que as empresas possam aproveitar o tributo pago nas suas compras de insumos.

Ao vender R\$ 100, a empresa deve R\$ 25 ao Estado, mas ela pode descontar o tributo pago em suas compras de insumo do tributo devido na venda final. Esse crédito tributário faz com que a tributação incida somente sobre os lucros e salários gerados pela empresa, como acontece em vários países desenvolvidos.

Se o sistema é tão bom, por que há tanta resistência a ele? Vários motivos. Por limitação de espaço, menciono apenas dois.

Primeiro, hoje vários setores pagam uma alíquota baixa sobre o faturamento e, portanto, resistem a pagar uma alíquota mais alta sobre o valor adicionado. A mudança prevista pela PEC 110 diminuirá a desoneração do setor de serviços, que naturalmente se coloca contra a medida, mesmo ela sendo benéfica para o Brasil como um todo.

A solução do impasse é uma transição gradual para o novo sistema, começando com mais de uma alíquota sobre valor adicionado, mas convergindo para alíquota única no "longo prazo". O Senador Rocha propõe sete

anos, mas o importante é que, no longo prazo, a simplificação tributária elevará a renda total do país, beneficiando todos os setores, inclusive serviços.

A segunda resistência à reforma estava na unificação de **tributos** federais, estaduais e municipais em um só imposto, administrado por um "conselho nacional". O objetivo era nobre, simplificar a vida do contribuinte, mas o efeito prático da medida foi disparar uma guerra entre União, Estados e Municípios, com um querendo "roubar o monte" tributário do outro.

A vida do contribuinte pode ser simplificada sem unificar os **tributos** do ponto de vista legal. Em outras palavras, podemos ter uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para a União e um IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para estados e municípios, sendo este último item separado em dois: o IBS-E e o IBS-M.

A PEC 110 avançou muito ao propor um IVA Dual, CBS e IBS. Falta avançar um pouco mais e propor um IVA triplo, com CBS, IBS-E e IBS-M, sobre a mesma base de arrecadação e mesma lógica de arrecadação, no destino e sobre valor adicionado, mas com competências administrativas diferentes.

O IVA triplo diminuirá a resistência dos prefeitos de grandes cidades à reforma, sem impedir que prefeitos de pequenas cidades (e até governadores) eventualmente integrem sua arrecadação ao sistema eletrônico da União, por adesão, não por imposição.

Com IVA triplo nos moldes acima, a criação da CBS abrirá caminho para o novo sistema de tributação indireta, fazendo com que o IBS-E e IBS-M sejam criados na sequência, e todos os **tributos** migrem para uma plataforma eletrônica única, em até dez anos. Fica a dica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

92

Economistas veem desafio para retomada

Vinicius Neder / RIO / BRUNO LUIZ, DANIEL GALVÃO e EDUARDO GAYER

Estagnada há quatro décadas, a economia brasileira está à beira de um "abismo". A questão é saber se o País vai encontrar ou não uma saída para os seus problemas. Esse foi um pontos debatidos ontem durante o lançamento do mais recente livro do economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central - Erros do passado, soluções para o futuro (ed. Portólio- Penguin).

Marcos Lisboa, presidente do Insper, e José Roberto Mendonça de Barros, ex-secretário de Política Econômica, oscilaram entre o otimismo e o pessimismo no debate virtual organizado pelo Estadão, e que foi acompanhado por uma plateia formada, entre outros, por Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real; Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC; e Demosthenes Pinho Neto, presidente da Brasil Warrant, gestora do patrimônio da família Moreira Salles. Fernando Dantas, colunista do Estadão/ Broadcast, foi mediador do debate.

Para Lisboa, o Brasil já está caindo no abismo; para Mendonça de Barros, ainda há esperança.

Já Pastore disse **temer** que Lisboa "tenha razão", mas ponderou que, como acaba de lançar um livro aos 82 anos, ainda não "jogou a toalha" e seu "coração vai com" Mendonça de Barros.

"O fato de eu ter disposição de continuar no debate significa que tenho esperança", disse Pastore, durante a transmissão ao vivo. "Não há dúvida de que o Brasil está cavando um buraco, mas acho que ainda temos chance de sair dele." De certa forma, no livro Pastore descreve como a economia brasileira vem cavando seu buraco, ao analisar momentos importantes da política econômica nacional, como o desenvolvimento da agropecuária, a inércia da **inflação**, distorções das políticas setoriais, a crise da dívida externa e o "eterno problema fiscal". O saldo dos erros nos últimos 40 anos explicaria a estagnação do crescimento da economia do Brasil desde os anos 1980, sustenta Pastore no livro.

Ao resumir, no debate, esse saldo negativo da política econômica das últimas décadas, Pastore ressaltou que muitos dos erros foram cometidos em meio à preferência por "narrativas", em detrimento da teoria econômica com base empírica, confirmada nos dados. Uma combinação de soluções "mágicas" e tidas como

"indolores" com a ação de grupos de interesse, marcado pelo "lobby" por proteção e subsídios.

É o caso, por exemplo, da explicação pela perda de competitividade da indústria, que tira dinamismo do crescimento econômico.

A ideia de que o problema está no câmbio sobrevalorizado dos últimos anos (ou seja, o dólar se manteve em baixas cotações, atrapalhando o desempenho da indústria), "não voa", afirmou Pastore. "Hoje, estamos com o câmbio mais depreciado da história, o juro é muito mais baixo, e nossa indústria está estagnada. Isso conta a história do protecionismo", afirmou o economista.

Segundo Pastore, é verdade que um câmbio mais depreciado poderia encobrir ineficiências, como o chamado "custo Brasil", a infraestrutura precária e o sistema tributário caótico, mas não seria o caso do Brasil.

O economista turco radicado nos Estados Unidos Dani Rodrik fez estudo comparativo entre países sobre isso e, disse Pastore, o Brasil não reúne nenhuma das condições descritas no trabalho para que um câmbio mais depreciado possa corrigir "assimetrias".

'Dramático'. Ao tratar do momento atual, Mendonça de Barros lembrou que o quadro da economia é dramático, num contexto em que a radicalização da disputa política reforça "narrativas" fantasiosas, afeitas às soluções mágicas. E a perspectiva é de piora para o ano que vem, marcado pelas eleições gerais.

"Estamos caminhando neste ano, próximo da eleição, numa situação que vai beirar o dramático.

Se o regime fiscal já estava ruim, com o que está sendo feito no Orçamento, com as emendas de relator, com essa coisa desesperada de criar **impostos** para gerar recursos para programas associados à reeleição, estamos criando uma situação muito mais séria", disse Mendonça de Barros.

O sinal de esperança, para o economista, vem do fato de que o futuro possa ser discutido nas eleições do próximo ano e de que "50% dos eleitores não querem a polarização, o que abre espaço para discutir alternativas".

"Estou esperançoso de que, com o pé no abismo, possamos ter uma janela de oportunidade para discutir

com seriedade, construtivamente, como colegas, e não inimigos, o que pode ser melhor para o Brasil sair desta situação", completou Mendonça de Barros.

Lisboa está menos esperançoso.

Para o economista, o País está empobrecendo, caindo num abismo "triste, sofrido, lento, de um país em decadência há muito tempo". Segundo Lisboa, mesmo patinando no crescimento da economia nas últimas décadas, a política econômica segue investindo em erros como exigências de conteúdo nacional, substituição de importações, refém de demandas corporativistas e de grupos de pressão.

"A responsabilidade do exercício de quem está na política pública é resgatada pelo livro de Affonso, mas está perdida há muito tempo, seja em governos de esquerda, seja em governos de direita. A superficialidade com o bem comum não tem ideologia, é a mesma", afirmou Lisboa.

-

Bolsonaro cobra de críticos medidas contra a **inflação**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que aqueles que o criticam por causa da escalada inflacionária no Brasil deveriam apresentar soluções para combater o problema. Na sua tradicional live semanal, ele voltou a reconhecer o aumento dos preços, mas relativizou a crise ao dizer que a alta acontece em todo o mundo, e não só no País.

Ao comparar preços de produtos no Brasil e em outros países, como os Estados Unidos, Bolsonaro afirmou: "Está reclamando que está alto aqui? Lá também está. Essa crise é no mundo todo.

Não é só no Brasil", disse, para depois convocar a população a apresentar medidas. "Algumas pessoas dizem que eu tenho de fazer algo mais. Algo mais o quê?

Dá exemplo. Outro dia me deram sugestão: para reduzir o preço da carne, proíba exportação por 30 dias. Quem fez isso foi a Argentina.

Isso gerou depois alta de preços e desabastecimento." Mais cedo, em evento no Palácio do Planalto, ele disse o País poderá enfrentar problemas de abastecimento em 2022. A crise seria causada pela interrupção da fabricação de fertilizantes na China.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vanderlan: "Precisamos de reforma tributária que diminua os impostos"

Redação

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou, na manhã desta quinta-feira (7), uma homenagem ao senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) pela sua atuação na alteração da Lei de Responsabilidade Solidária do Contabilista. O agradecimento público ocorreu durante a reunião Plenária mensal da Instituição que contou com a presença do presidente do CFM, Contador Zulmir Ivânio Breda, dos presidentes regionais dos 27 Estados da federação e do Distrito Federal, conselheiros e diretores.

Ao agradecer a homenagem, Vanderlan fez uma profunda avaliação sobre o atual cenário político nacional, destacou as diversas frentes de atuação do Congresso Nacional e falou sobre a importância da **reforma tributária** que encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado Federal.

"Esta reforma está sendo aguardada há mais de 30 anos, mas é importante dizer que ela só fará sentido se efetivamente diminuir **impostos**. As discussões devem girar em torno disso.

Estamos atentos a esta questão tão importante para a classe empresarial, comercial, industrial, enfim, para toda a população brasileira", disse o senador.

O presidente do CFC, Zumir Breda, agradeceu o senador pelo apoio no Senado Federal.

"Somos muito gratos não só por toda colaboração e atuação na alteração da Lei de Responsabilidade Solidária do Contabilista, mas, também, por todo apoio às causas da nossa classe no Congresso Nacional. Com certeza, estamos muito bem representados no Senado, principalmente, nessas questões que nos são muito caras, como a **reforma tributária**", disse o presidente.

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, Rangel Pinto, também agradeceu ao senador pelo apoio. "Senador Vanderlan já entrou para a história como o grande herói da classe contábil.

Grande empresário e profundo conhecedor de todas as questões que envolvem a nossa categoria, foi essencial para a alteração dessa Lei. Agradeço não só

o senador Vanderlan, mas, também ao Partido Progressista e ao senador Ciro Nogueira que foram muito importantes nesse processo", disse Rangel.

Alterações na Lei Há uma década, a categoria dos contabilistas lutava para que a Lei nº 17.519/11, fosse alterada/revogada e retirasse das costas dos profissionais da Contabilidade, a responsabilização perante atos dolosos cometidos por terceiros. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi protocolada em 2019 pelo presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-GO), Rangel Francisco Pinto, por meio do Partido Progressista (PP). A votação final da Adin pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ocorreu no último dia 13 de setembro com resultado favorável para a categoria.

De acordo com Rangel, o apoio de Vanderlan foi fundamental para essa vitória. "O pedido do CRC ao senador foi feito ainda na campanha eleitoral de 2018, quando então candidato.

De lá para cá o senador veio nos apoiando e o resultado é esse que está aí. Contabilistas do Brasil inteiro agradecem o senador Vanderlan por sua ajuda", afirma Rangel.

Reforma Tributária A Proposta de Emenda à Constituição do Senado que trata da **reforma tributária** (PEC 110/2019) foi apresentada na última terça-feira (5) ao presidente do Senado Rodrigo Pacheco. De autoria do senador Davi Alcolumbre e com a relatoria do senador Roberto Rocha, a PEC está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Roberto Rocha explicou que seu relatório prevê a "unificação da base tributária do consumo", com criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, ou seja, um IVA para a União (unificação de PIS e Cofins), chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um IVA para estados e municípios (unificação de ICMS e ISS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Segundo o senador, o mesmo sistema é adotado no Canadá e na Índia e vai aumentar a base de contribuintes e diminuir a carga tributária ao longo do tempo.

Vanderlan Cardoso: valorização do setor produtivo

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211008>

Precatórios: relator transfere R\$50 bi para 2023

FERNANDA FERNANDES

O plenário da Câmara dos Deputados votará, em 19 de outubro, a versão final do relatório da PEC dos Precatórios (PEC 23/21), que tem como relator o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). O texto de Motta acolhe sugestão feita em setembro pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com a concordância do ministro da Economia, Paulo Guedes: cria um limite para o pagamento das dívidas da União, corrigido pela inflação desde 2016, quando foi criado o teto de gastos.

Se a PEC for aprovada nesses termos, o governo conseguiria reduzir o valor a ser pago em precatórios em 2022 de R\$ 89 bilhões para menos da metade, R\$ 39,8 bilhões. Os R\$ 50 bilhões remanescentes, poderiam ser transferidos para o Orçamento de 2023.

"Chegamos a um teto (para pagamento de precatórios) de R\$ 40 bilhões para 2022. O que a gente traz no texto é a instituição desse teto ao longo do próximo ano, porque vamos conseguir cumprir e respeitar a lei do teto de gastos, mantendo, ano após ano, a garantia que os precatórios continuarão a ser pagos", disse Motta, ontem, durante a apresentação do relatório.

Além do respeito à lei do teto de gastos, a solução permitiria, de acordo com o relator, abrir espaço fiscal para outros investimentos necessários ao país, como o programa Auxílio Brasil (o novo Bolsa Família estendido), em 2022.

O relatório final seria votado ontem, mas a deliberação foi adiada após o presidente da comissão especial da PEC, deputado Diego Andrade (PSD-MG), conceder vista coletiva ao relatório. Após ponderações dos parlamentares durante a sessão, Motta retirou o polêmico trecho que dispunha sobre o parcelamento em até 10 anos das superdívidas da União.

Segundo o relator, atualmente, 260 mil precatórios estão inscritos para pagamento no ano que vem. Desses, 47 formam o grupo dos superprecatórios, com valores acima de R\$ 66 milhões. As superdívidas somam, sozinhas, mais de R\$ 20 bilhões e pertencem aos estados, segundo Motta.

"Estamos tirando do texto a proposta inicial do governo

de parcelamento em 10 anos, para acabar com essa história de que nós queremos que uma pessoa que tem direito a precatório vai esperar 10 anos para receber. Nós não concordamos com isso", disse o relator.

Ainda segundo o relatório, os pagamentos de dívidas da União seriam realizados por ordem de prioridade. As dívidas de menor valor, de até R\$ 66 mil, seriam pagas primeiro. Em seguida, seriam pagos cerca de R\$ 18 bilhões em dívidas a idosos e pessoas com doenças graves. Já os superprecatórios poderiam ser negociados para pagamentos à vista, desde que o credor dê um "desconto" de 40%. Outra mudança destacada por Hugo Motta, é que a taxa Selic passaria a ser utilizada como base para todas as operações envolvendo precatórios.

Governo vende apenas 5 de 92 áreas oferecidas em pior leilão do petróleo

Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO

No pior leilão desde a abertura do setor de petróleo no país, o governo concedeu apenas 5 das 92 áreas para exploração e produção oferecidas ao mercado nesta quinta-feira (7). A competição teve o menor número de participantes e a menor arrecadação entre as 17 rodadas de licitação desse tipo, iniciadas em 1999.

O leilão fracassou também em tentar atrair petroleiras para o litoral do Rio Grande do Norte, após embates com ambientalistas pela proximidade com áreas sensíveis para a biodiversidade, como os arquipélagos de Fernando de Noronha e Atol das Rocas.

Para especialistas, o resultado fraco reflete um menor apetite pelo risco no setor de energia, que vem mirando cada vez mais as energias renováveis e ainda não deu conta de explorar as áreas petrolíferas arrematadas em leilões recentes no Brasil.

Apenas duas empresas apresentaram propostas no leilão: a anglo-holandesa Shell ficou com quatro blocos sozinha e com um em parceria com a colombiana Ecopetrol. Todos na Bacia de Santos, onde estavam as áreas consideradas menos arriscadas.

Ao todo, o governo arrecadou R\$ 37,1 milhões. Em valores corrigidos pela **inflação**, foi a menor arrecadação em um leilão de concessão de áreas exploratórias da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), ficando abaixo dos R\$ 72,7 milhões de 2003.

Ainda assim, o diretor-geral da ANP Rodolfo Saboia, classificou o resultado como "um sucesso", citando os investimentos mínimos contratados de R\$ 136,3 milhões nas cinco áreas concedidas.

"É importante lembrar que a rodada teve foco em novas fronteiras exploratórias, ou seja, áreas com muito risco para as empresas", disse ele após o evento, acrescentando que as companhias costumam decidir seu orçamento no ano anterior, quando o mundo vivia fortes efeitos da pandemia.

Para a ex-diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, o cardápio oferecido pelo governo demandaria elevado apetite por risco, já que a maior parte dos blocos estão em bacias ainda desconhecidas ou muito distantes do

continente, o que cria desafios logísticos na exploração.

Ao todo, nove empresas se habilitaram para participar do leilão, também o menor número da história. Chambriard diz que, com a pandemia, muitas das petroleiras com negócios no país não conseguiram trabalhar em 2020 e preferem focar os blocos que já têm em carteira.

"A melhor definição desse leilão é risco elevado: risco de descoberta, risco logístico, risco ambiental.. Num momento de incerteza, porque ninguém sabe se o petróleo vai subir ou descer, e com empresas cheias de projetos no Brasil." O sócio da KPMG e líder do setor de Energia e Recursos Minerais da consultoria, Anderson Dutra, acrescenta que hoje a área de exploração e produção disputa o orçamento das petroleiras com projetos renováveis. Nos últimos anos, algumas das empresas estrangeiras com maior participação no país, como Shell, Total e Equinor, anunciaram pesados investimentos em energias limpas, para se posicionar num cenário de transição energética e reduzir a resistência de investidores ESG, por exemplo.

Ao contrário dos leilões do pré-sal, em que as empresas compram reservas já descobertas ou até em produção, o leilão desta quinta vendeu áreas que demandam a nós de investimento em pesquisa do subsolo, com risco de que na data seja encontrado ou que o petróleo perca valor.

Por isso, o mercado espera maior participação no leilão previsto para dezembro, quando o governo oferecerá duas áreas do pré-sal que não atraíram interessados em 2019. Ainda assim, Dutra diz que o país deve acelerar a oferta de áreas, sob o risco de perder o bonde da transição energética.

O leilão desta quinta foi marcado pela controversa oferta de áreas exploratórias no litoral do Rio Grande do Norte, que segundo ambientalistas geram risco para os arquipélagos de Fernando de Noronha e Atol das Rocas, áreas de preservação ambiental.

Organizações ambientalistas tentaram barrar a oferta na Justiça, sem sucesso, e na noite de quarta (7) o governo de Pernambuco se juntou a ação do STF (Supremo Tribunal Federal) que tenta retirar as áreas

do leilão, mas também não teve sucesso.

Os críticos alertam também para riscos ambientais em áreas da bacia de Pelotas, no litoral catarinense. A ANP se apoiou em manifestação conjunta dos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente para oferecer as áreas sem avaliação ambiental prévia.

Nesta quinta, houve protestos em frente ao hotel onde o leilão ocorria. Após o resultado, ambientalistas comemoraram a falta de interesse pelas áreas. "Esse foi um claro recado aos governos do Brasil e do mundo inteiro de que a sociedade civil não tolera mais os danos que o petróleo e o gás representam para o meio ambiente e as comunidades", disse Ilan Zugman, diretor da 350.org na América Latina.

O diretor-geral da ANP afirmou que todos os blocos licitados pela agência são submetidos a avaliação prévia de órgãos ambientais e que a própria agência define procedimentos rígidos de operação. "Temos preocupação central e permanente com questões ambientais", afirmou.

"Em primeiro lugar, pela responsabilidade que temos que ter com o mundo que vamos deixar para as gerações futuras. Mas também porque a indústria precisa manter a licença social para operar" Entre as petroleiras, era grande a preocupação com a dificuldade na obtenção de licenças ambientais após a compra das concessões, problema que vem sendo sentido de forma mais intensa na região da Foz do Amazonas.

Também não houve ofertas pelas duas áreas fora dos limites das águas territoriais brasileiras, pela primeira vez oferecidas em leilões da ANP.

A região é apontada por estudos como promissora para a descoberta de reservas no pré-sal, mas há controvérsia sobre a responsabilidade por pagamentos pela ocupação das áreas à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos de até 7% do valor da produção.

Na entrevista após o evento, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu que o governo Jair Bolsonaro já arrecadou R\$ 85 bilhões em leilões de petróleo, volume superior ao arrecadado desde a abertura do setor, em 1999.

"A indústria de petróleo e gás no Brasil está crescendo, está trazendo bastante benefício à sociedade, com geração de emprego e renda", afirmou, dizendo que o governo criou um grupo de trabalho para avaliar como melhorar o ambiente de negócios no setor.

"A melhor definição desse leilão é risco elevado: risco de descoberta, risco logístico, risco ambiental" Magda Chambriard ex-diretora-geral da ANP

-

Histórico de leilões de concessão de petróleo e gás

*

Corrigido pelo IPCA a partir do fim do ano do leilão |
Fonte: ANP

-

Leilão polêmico Blocos ofertados R17

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49692>

Bolsonaro diz que país deve enfrentar problemas de abastecimento

Ricardo Delia Coletta e Marianna Holanda Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou, nesta quinta-feira (7), que o Brasil deve enfrentar "problemas de abastecimento" no ano que vem.

Segundo ele, o cenário de possível falta de produtos em 2022 está relacionado à crise energética na China.

"Vou avisar um ano antes, fertilizantes: por questão de crise energética, a China começa a produzir menos fertilizantes. Já aumentou de preço, vai aumentar mais e vai faltar. A cada cinco pratos de comida no mundo, um sai do Brasil. Vamos ter problemas de abastecimento ano que vem", disse em cerimônia no Palácio do Planalto.

Contou ainda que, ante esse cenário, a SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) está concluindo a elaboração de um plano emergencial de fertilizantes.

A crise energética chinesa vem obrigando o país asiático a promover apagões programados por falta de capacidade de geração.

Interlocutores no governo que acompanham o tema dizem que a previsão é que a crise energética chinesa tenha impactos sobre a produção agrícola brasileira. Mas afirmaram, sob condição de anonimato, que no momento não trabalham com um cenário de desabastecimento.

No mesmo discurso, Bolsonaro afirmou que conversou novamente com o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, sobre o preço dos combustíveis.

Ele também tratou da **inflação** como um problema que tem afetado outros países, citando o aumento dos preços dos combustíveis e do gás.

"Pedi agora uma pessoa nossa que trabalha nos Estados Unidos, no Itamaraty, ir nos mercados -bem como alguns embaixadores da Europa- mostrar o que está acontecendo. Lá [no exterior], não é apenas **inflação**, está havendo desabastecimento", disse.

Hidrelétrica parada por lama terá que ressarcir o sistema

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) acolheu um pedido encaminhado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para que uma usina hidrelétrica paralisada pela tragédia de Mariana (MG), em 2015, deixe de receber pela energia que havia se comprometido a entregar ao sistema elétrico.

Uma das empresas sócias do projeto, a Vale já havia apresentado uma proposta para devolver o dinheiro recebido durante os anos sem operação. Em valores corrigidos pela **inflação**, a conta dá R\$ 781 milhões, segundo **comunicado** divulgado pela mineradora há um mês.

A usina hidrelétrica Risoleta Neves fica no rio Doce, atingido pela lama despejada após o rompimento de uma barragem de rejeitos em mina da Samarco, em Mariana, em novembro de 2015. Teve as operações interrompidas, mas permaneceu recebendo sua parte no rateio dos pagamentos do setor elétrico.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

92

Renda média é a menor em quase 10 anos nas metrópoles

Leonardo Vieceli rio de janeiro

Em um contexto de fragilidade no mercado de trabalho, a renda média nas regiões metropolitanas do Brasil voltou a recuar e atingiu o menor nível desde o começo de 2012. É o que aponta a quinta edição do boletim Desigualdade nas Metrôpoles.

No segundo trimestre de 2021, a renda domiciliar per capita do trabalho foi estimada em R\$ 1.326 nas regiões metropolitanas, uma baixa de 0,1% em relação aos três meses anteriores.

Um valor inferior a esse só foi verificado no começo da série histórica do estudo, no primeiro trimestre de 2012: R\$ 1.323.

O boletim utiliza microdados da pesquisa Pnad Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A renda domiciliar per capita corresponde ao rendimento total do trabalho dividido pela quantidade de pessoas em cada residência.

Os números levam em conta a **inflação** e refletem apenas os ganhos com atividades profissionais. Ou seja, recursos de benefícios sociais, como auxílio emergencial e aposentadorias, não entram no cálculo.

O estudo é produzido em parceria entre PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Observatório das Metrôpoles e RedODSAL (Observatório da Dívida Social na América Latina).

Na visão dos responsáveis pela pesquisa, os dados deixam claro que a atividade econômica e o mercado de trabalho ainda não ganharam a tração desejada nas regiões metropolitanas. O segundo trimestre de 2021 foi o sexto consecutivo de queda na média de rendimentos.

Conforme o boletim, os mais pobres perderam mais renda, em termos relativos, durante a pandemia. Nessa camada, até houve um esboço de melhora nos últimos trimestres, mas ainda distante de reverter completamente os prejuízos da Covid-19.

Os mais ricos, por sua vez, tiveram uma perda menor de rendimento ao longo da crise. Porém, ao contrário dos mais pobres, continuam registrando baixa nos ganhos do trabalho.

Em conjunto, esses fatores acabaram resultando em um rendimento baixo, na média geral, para os padrões da série histórica.

No segundo trimestre de 2021, a renda dos 40% mais pobres foi estimada em R\$ 177 nas regiões metropolitanas. O valor até representa uma alta de 7,5% frente aos três meses imediatamente anteriores (R\$ 165).

A marca, contudo, está 22,1% abaixo do patamar do primeiro trimestre de 2020. A época, a pandemia ainda não impactava tanto o mercado de trabalho.

Já os 10% mais ricos viram o rendimento médio cair 2,6% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021, para R\$ 6.430. A perda de renda em relação ao começo do ano passado foi de 8,3% -inferior à dos mais pobres.

Entre os 50% intermediários, o rendimento subiu 2,4% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, para R\$ 1.254. No entanto, ainda está 5,1% abaixo do começo de 2020.

O professor do programa de pós-graduação em ciências sociais da PUC-RS André Salata, um dos coordenadores do boletim, chama atenção para o quadro dos mais pobres. Uma crise prolongada como a do coronavírus, aliada à recuperação lenta da renda, pressiona principalmente quem tem menos recursos, diz.

"A retomada da renda dos mais pobres tem sido muito tímida. As reservas deles vão se esgotando com o passar do tempo, e a situação vai ficando mais grave." O pesquisador do Observatório das Metrôpoles Marcelo Ribeiro, que também coordena o estudo, vai na mesma linha. Segundo ele, o mercado de trabalho ainda não dá sinais de melhora consistente.

Isso faz com que os trabalhadores, especialmente os mais pobres, busquem "estratégias de sobrevivência", como os populares bicos, diz Ribeiro.

Essas tarefas até podem elevar a renda de quem ganha menos, como ocorreu no segundo trimestre, mas não criam condições para uma recuperação robusta nos rendimentos.

"O aumento da renda no segmento mais baixo não se dá pela reativação da economia. Está mais vinculado à necessidade dessas pessoas, que precisam construir estratégias de sobrevivência", afirma Ribeiro.

O boletim contempla 22 metrópoles brasileiras. O maior rendimento médio foi registrado na região metropolitana de Florianópolis (R\$ 2.129), e o menor, na Grande São Luís (R\$ 699).

O estudo ainda traz dados sobre a desigualdade na renda do trabalho medida pelo Coeficiente de Gini. O indicador varia de zero a um.

Quanto mais próximo de um for o índice, maior é a desigualdade de renda do local em questão. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a divisão da renda.

No conjunto das metrópoles, a média de Gini recuou de 0,632 para 0,626 entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano. Contudo, permaneceu acima da verificada no início de 2020:0,610.

Isso significa que a desigualdade ficou maior durante a pandemia. Segundo os responsáveis pelo estudo, o recuo no trimestre mais recente só ocorreu porque a renda dos mais ricos seguiu em baixa, enquanto a dos mais pobres teve uma elevação, ainda insuficiente.

"O cenário ideal seria de crescimento para todos, com aqueles na base da pirâmide ganhando mais", aponta Salata.

"A desigualdade até recuou no último trimestre, mas a renda média também ficou menor", completa Ribeiro.

"O aumento da renda no segmento mais baixo não se dá pela reativação da economia. Está mais vinculado à necessidade dessas pessoas, que precisam construir estratégias de sobrevivência" Marcelo Ribeiro pesquisador do Observatório das Metrópoles

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

92

Perigos da nova realidade chinesa - THE ECONOMIST

THE ECONOMIST

Xi Jinping está empreendendo uma campanha para purgar a China dos excessos do capitalismo. O presidente chinês vê o aumento da dívida como um fruto venenoso da especulação financeira e os bilionários como um escárnio ao marxismo. As empresas precisam seguir a orientação do Estado. O partido deve permear todas as áreas da vida nacional.

Se Xi conseguir impor sua nova realidade, moldará o futuro da China, bem como a batalha ideológica entre democracia e ditadura.

Sua campanha é notável por seu alcance e ambição. Começou a fazer barulho em 2020, quando autoridades bloquearam a oferta pública inicial do Ant Group, uma afiliada do gigante da tecnologia Alibaba. E continua tropeçando nos dias de hoje, destruindo até agora talvez US\$ 2 trilhões em riqueza.

O Didi, uma plataforma de transporte privado, foi punido por listar suas ações na bolsa americana. A Evergrande, uma incorporadora imobiliária endividada, está prestes a dar calote nos credores. As negociações de criptomoedas foram proibidas, pois, de um jeito ou de outro, geram conteúdos voltados para a busca do lucro. Os jogos de azar são ruins para as crianças, por isso devem ser estritamente regulamentados.

A China precisa de famílias maiores, então o aborto precisa ser restringido.

Os modelos masculinos devem ser viris e as celebridades, patrióticas.

Na base de tudo isso está o Pensamento de Xi, que vem sendo martelado no crânio das crianças desde os 6 anos de idade.

A estas ideias se soma um autoritarismo que já é brutal. Como presidente, Xi expurgou seus rivais e prendeu mais de 1 milhão de uigures.

Ele policia o debate e não tolera divergências. A campanha vai mostrar se ele é um ideólogo determinado a agarrar o poder para si mesmo, ainda que o crescimento diminua e as pessoas sofram, ou se é um homem forte disposto a temperar o dogma com

uma dose de pragmatismo. Sua visão, na qual o controle do partido deve garantir que os negócios estejam alinhados ao Estado e os cidadãos sirvam à nação, determinará o destino de 1,4 bilhão de pessoas.

Xi está enfrentando problemas concretos - na verdade, muitos deles têm paralelos no Ocidente. O primeiro é a desigualdade. O slogan do momento é "prosperidade comum", refletindo como a China comunista continua tão desigual quanto alguns países capitalistas.

As 20% famílias chinesas mais ricas levam para casa mais de 45% da renda disponível no país - as que ocupam o 1% no topo possuem mais de 30% da riqueza.

Outra preocupação é o impacto das gigantes da tecnologia, acusadas de fazer concorrência desleal, corromper a sociedade e ter acesso irrestrito aos dados pessoais (apenas o Estado teria esse privilégio). Um terceiro problema é a vulnerabilidade estratégica, particularmente a ameaça de que os adversários obstruam o acesso a commodities e tecnologias vitais.

No entanto, a campanha de Xi representa uma ameaça para a economia chinesa. O drama de desvendar a dívida de empresas como a Evergrande pode se espalhar de forma imprevisível.

As incorporadoras estão sentadas em US\$ 2,8 trilhões em empréstimos. O desenvolvimento imobiliário e as indústrias que o atendem sustentam cerca de 30% do **PIB** da China.

As famílias estacionaram suas economias nos imóveis, em parte porque outros ativos oferecem um retorno ruim. Os gastos das famílias com propriedades ainda inacabadas representam metade do financiamento das incorporadoras.

Os governos locais, especialmente fora das grandes cidades, dependem da venda de terrenos e da construção de propriedades para gerar receita.

As repressões também estão deixando os negócios mais difíceis e menos recompensadores. O partido estava criando uma estrutura regulatória e jurídica, mas Xi passou a impor grandes mudanças de cima

para baixo e com tanta velocidade que a regulamentação começou a parecer arbitrária. Veja-se, por exemplo, a "redistribuição terciária", pela qual empresas de tecnologia criticadas entregam dinheiro ao Estado na tentativa de se redimir.

Como o sucesso-ostentação ficou perigoso, as empresas privadas ficarão mais cautelosas. Empresas estatais e indústrias estratégicas - e entre elas a "tecnologia pesada", como a de semicondutores - podem se beneficiar, mas não os empresários que têm sido a verdadeira fonte do dinamismo da China.

Uma medida da ansiedade é que os estrangeiros, que não são reprimidos pelos controles de capital, pagam 31% menos do que os investidores do continente por papéis idênticos. A diferença aumentou acentuadamente desde o início de 2020.

Tudo isso ameaça prejudicar a economia chinesa, que já vinha enfrentando um aperto em razão dos retornos decrescentes do investimento em infraestrutura e dos efeitos de uma força de trabalho cada vez menor e do número crescente de dependentes idosos.

Após 40 anos de expansão vertiginosa, a maioria dos chineses não sabe como lidar com as escolhas difíceis que a desaceleração acentuada e sustentada imporá.

Na política, o perigo é que a campanha de Xi se degenere em um culto à personalidade. Para trazer mudanças, ele conquistou mais poder do que qualquer líder desde Mao Tsé-tung. Enquanto se prepara para romper o protocolo no 20.º Congresso do Partido Comunista, no ano que vem, reivindicando um terceiro mandato presidencial de cinco anos, ele está usando a campanha para organizar uma grande rotatividade de pessoal, pautada na repressão ideológica e na ideia de que ele deve permanecer no comando. Cada um desses aspectos contém seus próprios riscos.

O primeiro é que a burocracia o desaponte. Xi quer que a burocracia responda aos sinais do mercado, mas, com promoções e expurgos no ar, as autoridades chinesas estão inquietas.

Uma das causas dos cortes de energia em cerca de 20 províncias nas últimas semanas foi o pânico dos burocratas que, de repente, perceberam que não conseguiriam cumprir suas metas de redução de carbono. Da mesma forma, porém, algumas autoridades, com medo de serem acusadas de corrupção ou desvio ideológico por seus rivais, tendem a ficar de braços cruzados.

O fracasso é perigoso para o burocrata que toma a iniciativa - o sucesso também.

Outro perigo vem da repressão ideológica. "Conselhos de análise moral" e "clínicas morais" estão reforçando o comportamento ortodoxo a partir do emprego da vergonha pública. Embora ainda não haja perspectiva de algo tão terrível quanto a Revolução Cultural, os chineses estão menos livres para pensar e falar.

Além de promover as próprias doutrinas, Xi vem enaltecendo a nostalgia vermelha e lançou o maoísmo como estágio vital na construção de uma Nova China, ampliando seu apoio às vésperas do congresso do partido.

Por último, vem a estratégia política do próprio Xi. No longo prazo, se ele se apegar ao poder, a sucessão pode ficar altamente instável. No curto prazo, se sua tentativa de impor uma nova realidade não der certo, ele enfrentará a escolha fatídica entre dobrar a aposta ou recuar. Até esse ponto, a repressão parece mais provável do que a transigência.

Os governos ocidentais também estão lidando com problemas com as empresas de tecnologia, a desigualdade e a segurança nacional.

Nos EUA, o Congresso aprovou o aumento do teto da dívida nacional.

Alguns talvez até invejem a capacidade de Xi para fazer as coisas rapidamente.

Mas seria um grande erro imaginar que ele tem as respostas certas. / TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Comerc briga por IPO de R\$ 1,4 bi após revés da ESG - COLUNA BROADCAST

CYNTHIA DECLOEDT E CIRCE BONATELLI

Tempos difíceis para as empresas que buscam levar ofertas iniciais de ações à Bolsa (IPO, na sigla em inglês). A Comerc, uma das principais comercializadoras de energia do País, está numa queda de braço com investidores para tentar listar a empresa por um valor que considera justo. Mesmo com uma sinalização de compromisso de compra por fundos, que ficariam com mais de 80% da oferta, muitos duvidam que o lançamento dos papéis mantenha-se em pé. A Environmental ESG Participações, braço de gestão de resíduos da Ambipar, cancelou ontem sua oferta, aposta do mercado de que seria uma das únicas com potencial de sucesso. A empresa não conseguiu demanda para seus papéis mesmo depois de reduzir o preço das ações em 20%.

» Estica e puxa.

Mas a volatilidade na Bolsa e os preços das ações seguem em queda - e os gestores que se comprometeram a participar da oferta da Comerc voltaram às calculadoras para refazer as contas. Os donos da empresa de energia, porém, entendem ter um ativo valioso em mãos e não querem oferecê-lo a qualquer preço. A companhia está em um segmento muito valorizado e tem o apelo da energia limpa.

» Valor.

Conforme o prospecto, a oferta da Comerc prevê ações numa faixa de preço entre R\$ 16,87 e R\$ 18,56, o que resultaria em uma captação de R\$ 1,4 bilhão, caso fosse considerado o valor médio e sem os lotes extraordinários.

» Dentro.

Haviam se comprometido a ancorar a oferta as gestoras Atmos, Verde Asset e Vinci Equities, além da Núcleo Capital, BC Gestão de Recursos, Itaú Unibanco, Truxt Investimentos e Neo Gestão de Recursos.

A expectativa é de que o IPO seja precificado hoje, e os negócios em Bolsa comecem no dia 13.

» Verde.

A Comerc tem destaque para os investidores sua vocação sustentável, já que só opera com energia limpa. Os recursos a serem captados devem ser usados em seis projetos de energia solar e em dois eólicos. Além disso, 11% do total devem ir para investimentos em geração distribuída na área da Cemig, a empresa de energia elétrica do Estado de Minas Gerais. A Comerc tem 16% do mercado, com 1,2 mil clientes e presta serviços a grupos como Ambev, BRF, Whirlpool e Klabin.

» Batuta.

O IPO é coordenado por Itaú BBA (líder), além de BTG Pactual, Credit Suisse, XP e Citi. A listagem das ações será no Novo Mercado da B3, no qual há as maiores exigências de governança. Procurada, a Comerc não comentou por estar em período de silêncio.

» Nem ESG.

Já a Environmental decidiu cancelar o IPO, mesmo após reduzir em 20% o preço de suas ações. Sem conseguir demanda, a companhia pode agora partir para uma oferta para distribuição a investidores profissionais somente, seguindo a instrução 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

» Nem desconto.

A empresa havia estabelecido o preço médio de R\$ 17,70 para as ações, que movimentariam R\$ 3 bilhões na oferta. Com o corte de 20%, o preço caiu para R\$ 14,16, e o volume poderia ser de R\$ 2 bilhões. Mas a volatilidade do mercado atrapalhou. A Environmental está em período de silêncio.

» Suspense.

Por sua vez, a provedora de internet Vero, investida da Vinci Partners, está prestes a adiar seu IPO para a última temporada de lançamentos de papéis do ano, em meados de novembro, após a divulgação dos números do 3º trimestre.

» Expectativa.

A companhia protocolou o prospecto da oferta na CVM em agosto, numa indicação de que tentaria emplacar a

emissão em outubro.

A intenção seria captar R\$ 1 bilhão para sustentar seu crescimento, por meio de expansão das próprias redes ou via aquisições.

» Em baixa.

Embora muitos investidores gostem das perspectivas da Vero, o clima de aversão a risco no mercado financeiro tem produzido perdas para muitas companhias que estream na Bolsa este ano, inclusive outras provedoras de internet.

» Sem apetite.

No momento, o azedume está relacionado ao cenário doméstico marcado por **inflação** galopante, juros crescentes e discussões de projetos que colocam em xeque o teto de gastos públicos.

» Vai que.

Por outro lado, há chance de o nível de tensão baixar nas próximas semanas, com uma solução, ou o encaminhamento, da PEC dos Precatórios, do novo Bolsa Família e da reforma do imposto de renda - cruciais para o balanço das contas públicas. Segundo um gestor, "se o mar está revolto, não é hora de navegar.

É melhor confiar nos ativos e esperar o melhor momento." A Vinci e a Vero não deram entrevista pois estão em período de silêncio.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>